

TECNOLOGIAS DE LINGUAGEM E EXISTÊNCIA: A ESCRITA AFETADA PELA MATERIALIDADE DIGITAL¹

TECHNOLOGIES LANGUAGE AND EXISTENCE: WRITING AFFECTED BY DIGITAL MATERIALITY

Renata Chrystina Bianchi de Barros
PPGCL-UNIVÁS

Resumo: Partindo do domínio das Ciências da Linguagem, neste artigo objetivo apresentar observações analíticas a respeito dos efeitos da materialidade digital sobre os processos de escrita e de existência do sujeito numa relação entre os espaços físico e digital. Para isso, volto-me para os modos como são produzidos textos em dispositivos eletrônicos enquanto os sujeitos percorrem trajetos no espaço urbano. Como efeito, venho considerando que esse processo se dá por sujeitos do conhecimento, e não por usuários de dados numéricos/eletrônicos, possibilitando a sua existência.

Palavras-chave: Escrita; Linguagem; Discurso; Tecnologia.

Abstract: Domain Based on the Language Sciences, this article aim to present conjectures about the effects of digital materiality of the writing process and the existence of the subject in a relationship between the physical and digital space. For this, I turn to look at the ways in which texts are produced in electronic devices as subjects traverse paths in the urban space. In effect, I have been considering that this process occurs by subject knowledge, not by numerical / electronic user data, allowing its existence.

Keywords: Writing; Language; Discourse; Technology.

Introdução

Neste trabalho, apresento um percurso de pesquisa objetivando expor observações analíticas a respeito dos efeitos da materialidade digital e sobre os processos de escritura e de existência do sujeito numa relação entre os espaços físico e digital. Para isso, volto-me para aplicativos de dispositivos eletrônicos a fim de pensar o sujeito e a sua constituição na relação com a escrita no espaço digital.

De modo diferente do que já foi discursivizado como análise de discurso na linguística e no campo da tecnologia da informação, voltando-se ao uso (pragmática) da tecnologia para operacionalizar uma análise textual

¹ Pesquisa realizada durante o estágio Pós-doutoral realizado no Laboratório de Estudos Urbanos, na UNICAMP.

informatizada², a Análise de Discurso que sustenta a minha argumentação, em especial esta que se desdobra e se (re)formula a partir dos pressupostos de Michel Pêcheux e outros intelectuais como Paul Henry, Eni Orlandi e outros, no Brasil e na França, sinaliza para uma interpretação da relação entre homens e máquinas que considera os modos como a tecnologia é discursivizada e se textualiza na sociedade do século XXI.

Isto posto, o meu ponto de partida está no domínio das Ciências da Linguagem, lugar de ciência cujas formulações levam à compreensão de que língua e linguagem são indissociáveis possibilitando, na articulação constitutiva entre a história (historicidade), o simbólico e o político, o estabelecimento de uma rede de significações que configuram o funcionamento de práticas de linguagem, como a prática da escrita.

A partir disso, devo ressaltar que na construção deste texto parto da consideração que a prática de linguagem com e pela escrita – uma tecnologia de linguagem – é um processo social, isto é, cuja sustentação não se dá autonomamente na relação com o funcionamento do Estado³ que regula e administra o espaço e as práticas sociais, mas que também, por outro lado, estabelece uma condição singular na produção do conhecimento/na constituição de sentidos a partir do que o sujeito pode (r)existir, vivenciar. Deste meu ponto de vista, a materialidade digital tem em si constituída uma gama de possibilidades para se pensar a respeito de processos de significação/de produção de discurso, especialmente em se considerando os modos como esta tecnologia (a escrita) vem sendo praticada numa historicidade que perpassa os espaços físico e digital, de modo a ser indubitavelmente importante nos processos de significação e de constituição dos sujeitos.

Dessa maneira, estou dispondo de uma compreensão acerca do que seria materialidade digital que, da minha posição, se produz pela/na

² Ao que Pêcheux (2011) chamou de leitura “artificial” realizada por meio de algoritmos cujo procedimento objetivava extrair dos textos o sentido unívoco, utilizando a máquina como prótese de leitura. Pêcheux anunciou esta prática como efeito de uma ignorância daqueles que não compreendiam que “um corpus de arquivo textual não é um “banco de dados”” (p.281).

³ Conforme Orlandi (2010; 2012) a entrada do indivíduo na sociedade o lança à interelação da ideologia como sujeito, pela língua. Nesse processo, como um dos aspectos primordiais para a Análise de Discurso está o da relação entre a língua e a linguagem, e o da compreensão das condições de produção que também trabalham de forma determinante para a constituição dos sentidos e, assim, dos sujeitos. Como agente simbólico nesse/desse processo está o Estado que, sob a forma dos discursos e instituições que o constituem, funciona – passível de falha – interpelando ideologicamente o indivíduo, significando-o em sua/uma forma capitalista-jurídica (posição-sujeito), cuja posição tanto lhe daria, num funcionamento imaginário, condições para a tomada de decisões, podendo ser responsabilizado em função do modo como responderia aos seus direitos e deveres, apagamento da dimensão histórica constitutiva dos processos de subjetivação.

articulação entre o que tomamos teoricamente como materialidade – uma injunção entre forma e conteúdo, pela qual não se considera uma “separação estanque entre a linguagem e sua exterioridade constitutiva, [pela qual não se separa] linguagem e sociedade na história” (ORLANDI, 1996, p.25). Assim, uma materialidade está na ordem da existência de uma base material, que *existe* em decorrência de uma produção (simbólica, significativa) – com o que afeta de modo imprescindível a formação-social na atualidade: a tecnologia. Ou seja, estou partindo da compreensão de Dias (2016, s/p), que conceitualiza *materialidade digital* como:

o processo de significação que se dá pela emergência da discursividade digital na forma material do discurso (texto, imagem, cena urbana, etc.), e em certo meio material (aplicativo, outdoor, rede social, cidade etc.). [...] a materialidade digital inclui tanto o *meio material* que, por sua vez, reúne de modo constitutivo as tecnologias do urbano às tecnologias digitais, quanto a forma material, que, por seu lado, reúne língua e história.

Assim, ao dizer que os processos de significação estão numa relação de (co-)existência com a/na historicização da escrita com os espaços nos quais ela é praticada, estou circunstanciando uma exterioridade que é constitutiva desse processo: a história e o político (enquanto divisão, afastando a possibilidade de neutralidade, da inexistência dos sentidos), e a materialidade digital. Condicionado a isso, posso aludir à inexistência, hoje, de uma linha fronteira que demarque uma separação exata entre os espaços físico e digital, mesmo em se considerando que a escrita esteja sendo produzida *online*. Assim como também apontou Dias (2016), insisto em dizer sobre a importância de considerarmos as práticas *online* e *off-line* como práticas que estão materialmente ligadas, que apresentam como *condição de produção* o que se dá, como efeito, na história.

Assim, a esta afirmação soma-se, sobretudo, a compreensão já produzida sobre os modos como a formação-social é afetada e se transforma frente às mudanças ligadas à tecnologia perpassada/constituída pela linguagem em sua dimensão social significativa, provocando outros movimentos nos modos de vida que se impõe ao sujeito frente à exigência da produtividade, da pronta resposta às demandas econômicas e dos imediatismos das relações privadas.

De modo consequente, aponto para a formação-social do século XXI como direção de período temporal nesta pesquisa; e a cidade como espaço simbólico material referencial para a escrita em materialidades digitais ponderando os modos de o sujeito ser, circular e fazer circular os sentidos, propondo o aprofundamento do debate que ora se faz voltado aos efeitos

da materialidade digital sobre a escrita de modo a pensar a ausência de fronteiras entre os espaços físico e digital, isto é, superando uma concepção dualista entre forma e conteúdo (cf. ORLANDI, 2001).

Para isso, retorno às perguntas formuladas por Orlandi (2010) ao problematizar o modo de constituição dos sentidos e dos sujeitos, tanto em sua função de autoria, quanto no efeito leitor, levando-se em consideração o espaço digital: “que espécie de sujeito e de sentidos estas novas tecnologias produzem? [...] Que conhecimento é este que está na rua... circulando pelo espaço digital?”. Ao final da sua incursão teórica e analítica naquele material, Orlandi afirma que “ao responder estas questões podemos, enfim, saber a diferença entre ser um *usuário* ou um *sujeito de conhecimento*” (ORLANDI, 2010, p.15).

Um modo de existência do sujeito na formação-social do século XXI

Ao apontar a formação-social do século XXI e a cidade como referenciais temporal e espacial nesta pesquisa, estou assumindo a necessidade de compreender uma condição de produção que vem promovendo, como efeito, sentidos para/de uma sociedade que se ocupa, significativamente, do avanço (evolução) tecnológico, da velocidade e da produtividade.

A tecnologia, no tempo e no espaço a que me refiro, foi lançada a uma posição primordial no funcionamento da cidade de modo que não há mais a possibilidade de refletir a respeito, seja sobre qual for o objeto, senão perpassando por questões da tecnologia. Haja vista o modo como Dias (2011; 2012) vem apontando para a tecnologia: como condição da formação-social contemporânea ao século XXI. Nesta atualidade, é pela tecnologia que a gestão da sociedade se dá por meio de artefatos construídos para fins diversos. Podemos citar o computador, os celulares (*smartphones*), *tablets*, máquinas digitais para pagamento de contas, “relógio ponto” digital, *microondas*⁴, entre tantos outros para os quais poderíamos apontar e que modificam, cotidianamente, os modos do sujeito se relacionar seja com outros sujeitos, seja com as demandas cotidianas.

Os artefatos acima citados, assim como as práticas sociais com eles possibilitadas, sejam ou não determinadas pelo/para o uso da internet, pelo

⁴ O aparecimento de aparelhos eletrônicos como o *microondas*, a geladeira e a cafeteria elétrica modificaram a relação do sujeito com o tempo na/da modernidade. Como efeito, a prática e o uso de equipamentos como esses tendem a ser naturalizados pelo homem sobremaneira, promovendo o efeito de automatização das práticas cotidianas de modo a fazer com que não mais sejam reconhecidos como tecnologia porque foram absorvidos à sua vida diária, retirando desses artefatos o estatuto de novo, da novidade que é atribuído às tecnologias.

tráfego móvel e via satélite de dados, promovem/provocam mudanças nas condições (determinantes) dos modos de subjetivação. Para esses artefatos são construídos softwares e aplicativos (*apps*) que visam contemplar as necessidades – ainda que sejam construídas a partir de um imaginário sobre o que seria necessário (praticidade, educacional, deslocamento, lazer) – dos sujeitos cidadãos. Os *apps* são programas que funcionam no celular e em outros artefatos da mesma forma que nos computadores. Os programas de celular são geralmente simples – do ponto de vista da programação de dados – e têm finalidades específicas na eminência de serem aplicados, prescritos para uma determinada atividade.

Objetivando pensar a configuração das práticas sociais produzidas a partir da existência de ferramentas que visam reduzir, com *aplicações*, o tempo e a distância na execução de uma tarefa, fiz uma pesquisa, por intermédio do *google*⁵, procurando por aplicativos que estão disponíveis às pessoas com acesso a algum artefato conectado à *web*. Nesta pesquisa, pude encontrar uma variedade de possibilidades de *apps* que visam possibilitar o rápido acesso entre sujeitos a redes sociais de relacionamentos (como o *Facebook*, *Twitter*, *Tinder*); à visualização da localização do transporte público coletivo ou do táxi que o levará a um destino (*vádeônibus*, *Uber*); à um mapa interativo que indica a rota mais rápida, ou mais curta, ou mais bonita para o deslocamento com diferentes meios de transporte ou a pé (*Maps*, *Waze*, *Bicidade*, *UrbanGems*); à câmeras fotográficas que fazem a edição de imagens ao mesmo tempo que as capturam (*Instagram*, *Picsart*, *Camara+*, *Polamatic*); à indicadores de lugares para comer e beber, com avaliações de outros frequentadores (*Foursquare*, *Kekanto*, *Untappd*, *TripAdvisor*), e aplicativos construídos para pessoas que queiram escrever diferentes tipos de textos (*Wattpad*, *Scrivener*, *Blogo*, *Write*, *Ulysses*, *Diminuto*), entre outras variadas possibilidades. A partir disso, pude compreender, consoante a Dias (2011), que linguagem e tecnologia são indissociáveis por se apresentarem, nesta atualidade, como constitutivas do sujeito na sua relação com a sociedade. Com efeito, tal relação constitutiva significa o espaço e os sujeitos que o constituem e produzem, de modo específico, efeitos sobre o processo de historicização.

A interpretação que faço acerca da configuração da sociedade do século XXI, já esboçando uma ideia de como se dará a construção dos processos sociais para/das próximas décadas, vai na direção de que a temporalidade (cf.

⁵ Aplicativo de pesquisas de dados na internet que tem “a missão” de “organizar as informações do mundo e torná-las mundialmente acessíveis e úteis”, conforme descrito na página da empresa disponível no endereço eletrônico: <<https://www.google.com/intl/pt-BR/about/>>. Acesso em: 03/07/2016.

DIAS, 2012) continua sendo primordial nos processos de significação dos acontecimentos que engendram – constitutivamente – o sujeito, a língua, e a tecnologia. A asseveração das demandas de trabalho; a exigência de que se deve usufruir de algum lazer para um cuidado com a saúde corporal e psíquica; a existência ou não de relações amorosas e familiares, dentre tantas outras demandas do estatuto de uma sociedade capitalista, exigem do sujeito uma reorganização dos modos de vida para o cumprimento de atividades que o coloquem na agenda social a ele contemporânea.

Tais situações cotidianas, condições de produção de sentido no espaço urbano, são determinantes na constituição de sentidos e do sujeito (posição entre outras), constituídos ao mesmo tempo, de modo que “a subjetividade se estrutura no acontecimento do discurso” (ORLANDI, 2013, p.73). Nesse processo, entra em jogo os modos como os sujeitos significam e são significados nas/pelas materialidades digitais nas/pelas quais se dá a articulação (porque inseparáveis) entre a constituição, a formulação e a circulação dos sentidos.

Assim, não interessa considerar apenas o acesso do sujeito a um dispositivo eletrônico com o qual ele faz uso de aplicativos que o coloca numa relação específica com o espaço urbano. Interessa considerar que ao fazer uso de *apps* o sujeito estabelece uma relação singular com o espaço e o tempo para a produção de sentidos com as materialidades digitais que compõem e desenham uma trama cotidiana no/do espaço urbano, o que historiciza de outros modos os sentidos que se constituem nessa produção. Nesse percurso⁶ de produção de sentidos, o sujeito investe e é investido de sentidos na relação com essas e outras diferentes materialidades. É a esta articulação que pretendo dar visibilidade.

Problematizando a aplicabilidade dos *apps*

Em meio ao que imaginariamente se formula sobre os modos como os sujeitos devem existir no espaço urbano, um elemento recorrentemente citado ao *uso* da tecnologia é a sua capacidade de facilitar as atividades cotidianas para que estas sejam realizadas com melhor precisão e maior velocidade, sem que seja exigido do sujeito o deslocamento físico, ou ainda, para que ele possa realizar o seu trabalho mesmo que esteja em trânsito.

⁶ Considerando que não se pode mais determinar a localização geográfica do sujeito dada as possibilidades de mobilidade permitidas pelo uso de *smartphones*, *tabletes* e outros equipamentos, ousou direcionar a leitura para a palavra *percurso* considerando o deslocamento físico do sujeito pela cidade.

Às tecnologias é atribuído o sucesso da redução do tempo para a execução de tarefas com o conseqüente aumento da produtividade, submetendo o sujeito ao tempo cronológico que regula a sociedade pela lógica do trabalho e das organizações. No entanto, tal efeito não se dá sem conseqüências. Chiaretti (2015) e Sarti (2015), apontaram para as conseqüências da aceleração do tempo e a diminuição de espaços na sociedade contemporânea, como o aparecimento de condições psicológicas e emocionais que colocam o sujeito numa relação de fragilidade com os acontecimentos sociais. No entanto, por haver uma condição constitutiva entre linguagem e sujeito, o que se dá é que, contemporaneamente, essa é uma situação que não apenas se mantém, mas que também se expande pela condição humana de desejar estar em relação de colaboração (cf. DIAS, 2016), de desejar fazer parte de um corpo-social.

Nesse sentido, o sujeito vai em busca de uma condição de existência particular para fazer parte desse corpo-social. Mantém-se disponível, disposto a responder às demandas que lhe são apresentadas, como a necessidade de ter que se haver com a redução de tempo para a execução de uma tarefa, inclusive com a ampliação da jornada com a extensão do ambiente de trabalho para outros espaços (o tempo e o espaço do almoço, ou a própria residência); de ter que se haver com o tempo à família, aos amigos e com o tempo aos cuidados pessoais. Frente às diferentes demandas da formação-social contemporânea, manter-se disponível em tempo integral pode determinar a participação ou não do sujeito num corpo-social cujas práticas se voltam para a responsividade das demandas de uma agenda capitalista – como as apontadas acima –, e a tecnologia vem sendo apresentada ao sujeito como instrumento para a facilitação dessas práticas.

Como forma de atrair o sujeito, a tecnologia vem sendo discursivizada como um recurso que tornaria a prática cotidiana do sujeito mais rápida e eficiente, marcando a tecnologia como expediente imprescindível para a existência social. Daí, entre outros possíveis apontamentos, tem-se o efeito de ampliação do número de aplicativos que visam a redução do tempo para a execução de tarefas, promovendo e asseverando a estabilização de sentidos como o de que a tecnologia serviria, absolutamente, para ser aplicada nas práticas sociais. A tecnologia estará, assim, produzindo uma relação de subserviência à máquina, de modo que os artefatos estejam na relação para/de produção do sujeito, que estaria ali aplicando códigos para a solução de problemas. Desse modo, nessa lógica, manter-se conectado com o apoio da tecnologia não garante a existência, mas a permanência do sujeito no corpo-social.

A partir disso, sem tomar aqui a responsabilidade de responder às ponderações de Orlandi (2010), ao pensar a respeito dessa forma de compreender a apropriação da tecnologia pelo sujeito poder-se-ia sugerir que está aí, nesta relação, um sujeito *usuário* da tecnologia, que se apresenta para a prática de tomá-la para a aplicabilidade de técnicas que tem em sua configuração um conjunto de conhecimentos/códigos pré-estabelecidos que o auxiliam na execução de tarefas. Isto, para mim, apresenta-se como um problema para a sociedade. Dias (2013, p.51), problematizou essa situação iniciando suas discussões a partir do modo como a sociedade vem assumindo “uma concepção de linguagem como instrumento de comunicação, na qual o rádio, o jornal, a televisão (as mídias de massa analógicas) atuam como mediadores e o sujeito mero receptáculo de informação”. Retomando o que Orlandi (1992, citado por Dias) chamou de “ideologias da comunicação”, prossegue interrogando-se acerca dos modos da ideologia, nos acontecimentos sociais, produzir efeitos de evidência de sentidos sobre uma imaginária relação direta entre linguagem-pensamento-mundo, engendrando efeitos na constituição do sujeito. Desse ponto de vista, analisando a partir das formulações de Pêcheux, Orlandi e Dias, o que se apresenta é que ao garantir pela tecnologia a permanência do sujeito no corpo-social, e não a sua existência, estará estabelecendo para a sociedade a constituição de sujeitos que se colocam como receptáculos de informação. Estou apontando, com isso, para o que Orlandi (2014) chama de processo de capacitação, de treinamento, e não de formação do sujeito, o que se dá como efeito de uma sociedade que visa o desenvolvimento pelo trabalho, “que resulta das condições de produção do conhecimento como forma de poder” (p.148); e informação e conhecimento, como diz Orlandi, não significam a mesma coisa.

Isto se apresenta como um apontamento a ser aprofundado uma vez que, do ponto de partida da Análise de Discurso, o processo de constituição do sujeito se dá pela interpelação do indivíduo em sujeito pelo trabalho da ideologia. No processo de constituição do sujeito pelo trabalho da ideologia, numa concepção da ideologia da comunicação, terá estabelecida uma condição de produção de sentidos que coloca o sujeito numa relação de interpretação que sopesa sinonimicamente informação e conhecimento, mantendo o sujeito numa posição a partir da qual ele não é “capaz de dimensionar o efeito de sua intervenção nas formas sociais [... que] não muda a qualidade da sociedade e nem arrisca deixar de ser apenas um instrumento na feitura de um “país rico”. Que deu mais um passo no mercado, [que se tornou] um maior consumidor” (ORLANDI, 2014, p.161).

A escrita na/pela materialidade digital

De modo diferente do que foi exposto no item anterior, procuro apresentar, a partir de agora, uma outra forma de relação do sujeito com aplicativos em dispositivos eletrônicos, que são construídos com uma interface que possibilita a produção de textos, como o *Wattpad*, *Scrivener*, *Blogo*, *Write*, *Ulysses* e *Diminuto*. Para mim, aplicativos como esses permitem ao sujeito estabelecer uma relação na/pela qual o conhecimento acerca de si e das situações das quais participa sejam produzidos. É para essa relação que volto o meu olhar, buscando compreender de que modo a materialidade digital afeta a prática de linguagem com e pela escrita – um processo social, uma tecnologia de existência.

Como aplicativos (*apps*), o *Wattpad*, *Scrivener*, *Blogo*, *Write*, *Ulysses* são programas que podem ser utilizados em diferentes dispositivos eletrônicos, como um *smartphone*, um *tablet* ou em computadores e *notebooks*, escolhido e baixado pelos sujeitos da *web* – designação popular dada à *world wild web* – por meio de *download* em uma *app store* (loja de aplicativos) por sujeitos que queiram preparar produções textuais, ou que queiram apenas ter acesso à leitura de diferentes textos produzidos por outros sujeitos, estabelecendo uma rede online de escritores e leitores.

Como regularidade, tais aplicativos dispõem de ferramentas que permitem ao sujeito escrever os mais variados tipos e gêneros textuais, podendo ou não serem publicados ou compartilhados na *web*. A escrita do texto pode ser realizada mesmo que o aplicativo não esteja conectado a uma rede de internet. Assim, caso o sujeito não consiga manter-se conectado, a sua produção fica armazenada no dispositivo até que ele possa retomar a sua escrita. Ao preferir compartilhar a sua produção textual, outros sujeitos podem se tornar leitores desse material e, em alguns desses aplicativos, o leitor pode, inclusive, escrever comentários ao lado dos parágrafos ali disponíveis.

Numa situação como a apresentada acima, a escrita, circunstanciada pela materialidade digital, estabelece uma condição singular para o sujeito formular e produzir conhecimento/na constituição de sentidos acerca de si e do mundo. Isto porque esta escrita não se dá de qualquer modo e na articulação com qualquer materialidade. A escrita que se produz é formulada para e a partir de dispositivos que são construídos para funcionar numa sociedade na qual tem a tecnologia e a escrita como elementos constitutivos. Com um pouco mais de especificidade, a forma-material, isto é, a forma encarnada na história para produzir sentido com a qual o sujeito estabelece

uma relação de produção é outra. Não é o lápis, o papel e a borracha, embora os gestos de interpretação no qual o autor e o leitor produzem sobre esta tecnologia derivem da sua relação com a memória (cf. ORLANDI, 1996). A materialidade digital coloca ao sujeito uma outra relação (porque com outra forma-material; porque com outros dispositivos) com o que se produz, como efeito, na densidade da história.

Na esteira da Análise de Discurso, compreende-se que a história e a memória constituem a língua, essa a que o sujeito está assujeitado, base material na qual se encontram o histórico, o linguístico e a ideologia e com/pela qual o sujeito elabora, formula a sua história; produz sentidos. Nesta concepção, a história não pode ser pensada como reunião processual de fatos, uma vez que os acontecimentos somente convocam sentidos frente a um gesto de interpretação, tomando lugar e sendo significado pela/na memória. E é por essa relação/jogo entre interpretação e memória (entre outras) que podemos compreender que são outros os sentidos produzidos pelo sujeito ao escrever na/pela materialidade digital a partir do que diz Paul Henry (2010): que a história não existe em si, ou seja, que os sentidos acerca de um acontecimento, ou um fato ocorrido, não estão prontos para serem resgatados e rememorados, uma vez que dependem dos gestos de interpretação que se constroem a partir de uma memória. A história é sentido, é produção de sentido sempre à espera de atualização na prática de linguagem. Daí a minha formulação de que a escrita é, na relação com as condições de produção que a constituem, uma tecnologia de linguagem, e de existência. Porque ao produzir, ao formular, o sujeito estabelece uma relação singular com os processos de constituição de sentido pelos quais ele atualiza (e não rememora) uma memória, sem que, no entanto, se dê conta disso. É um acontecimento de linguagem.

Isto porque, já compreendemos, que há a constituição dos sentidos da/na memória que se nos apresenta sob dupla forma-limite (cf. PÊCHEUX, 1999 p.50): “(1) o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever; (2) o acontecimento que é absorvido na memória como se não tivesse acontecido.” A constituição dos sentidos, isto que atravessa e constitui os acontecimentos não se faz por repetição, mas no recobrimento das injunções, do inacabado, das réplicas, permeada por implícitos, pré-construídos que possibilitam a produção discursiva no ponto de encontro entre paráfrase e polissemia. Assim como posto por Achard (1999) e Pêcheux (1999), as práticas languageiras – diríamos de linguagem – colocam o ponto de encontro entre o que é repetível, possível de ser reconhecido na regularização disso que chamam de “operadores linguísticos”, e o que é histórico e político. Não é possível pensar numa desarticulação entre o que é

reconhecível como memória, mas também não se deve se comprometer com a repetição do dizível.

Assim, é de fundamental importância compreender que o que afeta a produção da linguagem não está apenas na especificidade técnica do dispositivo com o qual se formulam os sentidos, mas também nos modos como são produzidos e como circulam na sociedade. Estou, assim, reiterando que o que se coloca como *condição de produção* para a escrita tem articulação com o que Dias (2016, s/p) apresenta como condição para compreender a própria “textualização do tecnológico e do espaço urbano [...] meio material no qual considera-se a técnica encarnada no mundo, em sua base tecnológico-histórica, não como transparência, mas como materialidade”. Para mim, a produção escrita em *apps* está afetada, determinada pelos sentidos da textualização do tecnológico que, na contemporaneidade, está marcado pela qualidade de ser móvel dos dispositivos eletrônicos, cuja significação, segundo Dias (2016, s/p), teria como forma-material a conectividade.

No entanto, para os fins desse trabalho quero apontar para a mobilidade dos sujeitos nas ruas da cidade, fazendo (mesmo que imaginariamente) coincidir o seu deslocamento com a mobilidade referida por Dias, pois penso que seja importante apontar para as práticas cotidianas do sujeito, na cidade, e para os modos como os caminhos/trajetos por ele percorridos são fundamentais para a indicação de que pela/com a escrita na materialidade digital o sujeito se relaciona com uma condição singular – e não individual – para a sua existência, porque os processos envolvidos enquanto *condição de produção* da escrita com o sujeito em movimento na cidade produzem efeitos no modo como o sujeito formula, produz e faz circular o conhecimento.

Orlandi (2010), ao esclarecer o leitor a respeito do seu ponto de partida na construção do seu dispositivo analítico, aponta para a importância de se considerar a natureza significativa do material a ser analisado, especialmente pela natureza da memória a que estes sentidos se filiam. Ao assim fazer, a autora passa a expor a sua formulação a respeito da distinção entre três conceituações para *memória*, indicando os traços que as determinam diferentemente: a memória discursiva (interdiscurso), a memória de arquivo (institucional) e a memória metálica.

Para os nossos fins, vale indicar a articulação desses diferentes traços da memória, especialmente por já haver realizado certas observâncias acerca de que, ao discursivizar a respeito de materialidade digital, estou significando a “emergência da discursividade digital na forma material do discurso (texto, imagem, cena urbana, etc.), e em certo *meio material* (aplicativo, outdoor, rede social, cidade etc.)” (DIAS, 2016 s/p), isto é, nessas formulações estão articuladas tanto a forma pela qual se diz, quanto o que e quem o diz –

o sujeito. Em se considerar que para essas conjecturas estou ponderando situações nas/pelas quais os sujeitos produzem textos escritos na/pela materialidade digital, em dispositivos eletrônicos enquanto se movem pelas ruas e bairros da cidade, é prudente que se analise a situação a partir dos diferentes traços da memória, identificando-os com esse acontecimento, dada a natureza do seu processo de constituição – multifacetada.

À vista disso, é no acompanhamento desse percurso que busco compreender os modos como a materialidade digital afeta a produção escrita de sujeitos enquanto percorrem por trajetos na cidade.

A escrita no espaço urbano: considerações finais

Partindo do fundamento de que “formular é dar corpo às palavras” (ORLANDI, 2014, p.27), e que no processo de formulação os sentidos são determinados pelas condições de produção, minhas interpretações vão em direção a considerar a relação do sujeito com a forma-material da cidade. Estas afirmações partem ainda dos pressupostos acerca da relação entre interpretação e ideologia, assim como postulado por Orlandi (1996), que nos ensina que o dizer é aberto ao simbólico – que é da ordem da significação, da relação necessária com o sentido – e à interpretação – que não é da ordem da confabulação, mas de ordem material.

Assim, o processo de produção textual para o qual me volto para compreender os modos como a materialidade digital afeta a produção escrita de sujeitos que presenciam o espaço urbano é também afetado pela forma-material e pelo modo como o espaço urbano enquadra os acontecimentos sociais, promovendo uma íntima relação entre o sujeito e a dimensão social (histórica) significativa.

A prática significativa de escrever em aplicativos para dispositivos móveis promove efeitos sobre o sujeito, o transforma ao passo que lhe é instaurada uma injunção à interpretação mediante a tantos objetos simbólicos com os quais o sujeito tem acesso nos espaço físico da cidade. Desse modo, sobre esses corpos - tanto os da palavra, quanto o corpo do sujeito – são investidos sentidos que os significam. A esta condição dou o nome de corpo-sentido – na injunção entre forma e sentidos em constituição, deve ser pensado como materialidade –, isto é, um corpo que é investido de sentidos pelas condições de produção, mobilizando-se para significar num gesto discursivo (BARROS, 2012). Assim, corpo-sentido é um corpo que investe e é investido de sentidos, uma materialidade que está em articulação necessária com o espaço e sua forma-material.

Nesse modo de compreender os processos de significação, sopesa a compreensão de que a produção escrita perpassa pela significação do corpo, enquanto conceito já deslocado para o campo teórico do discurso, fundamentando a consideração de que o gesto da escrita é materialmente atravessado pela história e ideologicamente interpelado pela língua e pela ideologia. Ainda, como a materialidade heterogênea da linguagem não pode ser pensada fora da relação com a materialidade e com a conjuntura em que aparece (cf. ORLANDI, 2004), o gesto de escrever marca o espaço simbólico e a posição discursiva do sujeito produzida socialmente.

Nesse lugar, compreendo que ao escrever numa determinada conjuntura, já afetado pela materialidade digital, este gesto simbólico instaura possibilidades de significação ao passo que transita por cadeias de significação (interdiscurso). Ao apropriar-se dessa materialidade, o sujeito passa a estabelecer outras relações com a cidade, passando a ocupar lugares enunciativos enquanto posição-sujeito ao passo que um acontecimento de linguagem – a escrita – está em incursão, promovendo outros movimentos, outros espaços de fuga aos sentidos.

Penso que seja em meio a todo esse processo que a constituição, a formulação e a circulação do conhecimento se dão circunscrevendo os sujeitos em práticas de escrita que derivam das suas interpretações acerca do espaço simbólico da cidade. Essa outra forma de relação do sujeito com aplicativos em dispositivos eletrônicos, esses que disponibilizam uma interface para a produção de textos enquanto o sujeito se move pelo espaço urbano, compreende a apropriação da tecnologia pelo sujeito de modo que a produção de conhecimento se dá porque tem-se aí determinadas outras condições para o acesso ao/à produção de conhecimento, circunscrevendo o sujeito em processos de subjetivação dos quais nenhum sujeito pode escapar. É por aí que devemos pensar que a escrita produz um outro lugar de existência do sujeito na formação-social.

Frente a estas ponderações, instigada pelos questionamentos de Orlandi (2010, p.16) sobre “que espécie de sujeito e de sentidos estas novas tecnologias produzem? [...] Que conhecimento é este que está na rua... circulando pelo espaço digital?”, poderia dizer que, como todo ritual sujeito a falhas (cf. PÊCHEUX, 1997), é na falha do ritual da circulação de sentidos historicamente estabilizados que o sujeito subverte na interpretação e produz o novo, num acontecimento que o faz identificar-se como *sujeito do conhecimento*.

Desse modo, penso, que a incursão da materialidade digital produz implicações para o modo como o sujeito pode ser situado em face do social frente à possibilidade de se reinventar nos modos de produção da

escrita, devolvendo, talvez, ao sujeito, outros modos de reivindicar para si a exploração e a promoção de articulações simbólicas para a produção do conhecimento aos modos como se dá/dará numa sociedade da mobilidade.

Referências Bibliográficas

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, Pierre (et al). **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999. pp.11-17.

BARROS, Renata C. Bianchi de. **A singularidade da clínica fonoaudiológica**. Campinas: RG, 2012.

CHIARETTI, Paula. A “depressão” como ruptura de sentido e resistência na contemporaneidade. In: BARROS, Renata C Bianchi de; MASINI, Lucia. **Sociedade e Medicalização**. Campinas: Pontes, 2015. pp.69-80.

DIAS, C. A materialidade digital da mobilidade urbana: espaço, tecnologia e discurso. Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos, n.37, jan-jun, 2016. PRELO.

_____. Sujeito digital: sentidos de um novo paradigma. In: GUIMARÃES, Eduardo. **Cidade, linguagem e tecnologia: 20 anos de história**. Campinas: LABEURB, 2013. pp.51-64. Disponível em: < <http://www.labeurb.unicamp.br/labeurb20anos/labeurb20anosPDF.pdf>> Acessado em 02/06/2016.

_____. Sujeito e tecnologias: o tempo como espaço de significação. In: MALUF-SOUZA, O (et ali) (Orgs). **Discurso, sujeito e memória**. Col. ENALIHC. Campinas: Pontes Editores, 2012. pp.59-69.

_____. Espaço, tecnologia e informação: uma leitura da cidade. In: RODRIGUES, E.A.; SANTOS, G.L. dos; CASTELLO BRANCO, L.K.A. (Orgs.) **Análise de Discurso no Brasil: pensando o impensado sempre**. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: Editora RG, 2011.

HENRY, Paul. A história não existe? In: ORLANDI, Eni. (org.) **Gestos de leitura**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2010. pp.23-48.

ORLANDI, E. P. Formação ou Capacitação?: duas formas de ligar sociedade e conhecimento. In: FERREIRA, Eliana; ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discursos sobre a inclusão**. Niterói: Intertexto, 2014. pp.141-189.

- _____. **Cidade dos sentidos.** Campinas: Pontes, 2014.
- _____. **Linguística e conhecimento linguístico.** Para uma história das ideias no Brasil. 2ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- _____. Por uma teoria discursiva da resistência do sujeito. In: **Discurso em análise:** sujeito, sentido e ideologia. Campinas: Pontes, 2012. p. 213-234.
- _____. A contrapelo: incursão teórica na tecnologia: discurso eletrônico, escola, cidade. **RUA** [online]. 2010, no. 16. Volume 2 - Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/capaArtigo.rua?id=91>>. Acesso em 02/06/2016.
- _____. **Discurso e texto:** formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.
- _____. **Interpretação:** Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. São Paulo: Vozes, 1996.
- PÊCHEUX, M. Análise de Discurso e informática. In: _____. **Análise de Discurso.** Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2011.
- _____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre (et al). **Papel da memória.** Campinas: Pontes, 1999. pp.49-57.
- _____. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.
- SARTI, Milena. O destino trágico do sujeito desejanste face à medicalização e à capitalização de sua negatividade. In: BARROS, Renata C. Bianchi de; MASINI, Lucia. **Sociedade e Medicalização.** Campinas: Pontes, 2015. pp.53-68.

Recebido em 30/07/2016
Aceito em: 30/11/2016